7º SEMINÁRIO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI)
RUMO À MULTIPOLARIDADE? TENSÕES ALIANÇAS E O LUGAR DO BRASIL NA ORDEM GLOBAL

Área Temática (AT) Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa

DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL À TEORIA FEMINISTA PÓS-COLONIAL: UMA ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA[1]

Eduarda Magagnin De Conto (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI/UFSM)

12 A 14 DE DEZEMBRO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

[1] O presente trabalho integra a dissertação de mestrado da autora, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFSM), denominando-se como um *working paper.*

1. RESUMO EXPANDIDO

Localizando-se na literatura, busca-se analisar os conceitos de violência, gênero, interseccionalidade, e segurança. O conceito de violência é abordado a partir de uma visão crítica dando espaço para uma questão mais profunda que envolve por quem ela é feita e para quem dentro de um sistema complexo de desigualdades do Sistema Internacional. Para tal, admite-se uma violência sistêmica fundamental se sucedendo ao capitalismo, isto é, não uma violência puramente advinda do indivíduo em si, mas sim na interação entre a realidade social e o sistema produtivo (Zizek, 2014). Desse modo, o conceito de violência advém de uma perspectiva de que ela é parte agente da mudança social e política a qual é objeto deste estudo (Kilby e Ray, 2014).

Já o conceito de gênero confere uma divisão de análise crítica dentro de uma categoria relacional. Desde a construção do conceito de mulher, feita por Simone de Beauvoir (1960a e 1960b), a mulher já pode ser vista como a outra, ressaltando a construção do outro como outro (Fanon, 2008). Dessa forma, estrutura-se dentro de relações sociais e especialmente na área de Relações Internacionais deste estudo trata de discussões sobre feminilidade e masculinidade dentro da construção patriarcal do Estado (Pateman, 1993). Sendo assim, a dimensão de gênero é tratada neste trabalho como mais do que uma teoria científica, mas também como um movimento social organizado e protagonizado por sujeitos políticos com valores éticos feministas (Gonzáles, 1988). Nesta perspectiva, o conceito de interseccionalidade é utilizado como uma ferramenta teórico metodológica que permite com que raça, classe e gênero se articulem de maneira indissociável e não hierárquica diante da complexidade das relações sociais (Crenshaw, 1989; Collins e Bilge, 2016).

Por fim, o conceito de Segurança aqui abordado versa sobre mais do que uma dimensão instrumental, alcançando a segurança como meio para uma ação maior, aprofundando, aprimorando e direcionando os estudos para pensar a quem e a que o termo “segurança” se refere. (Krause; Williams, 1997). Visa-se aqui estudar o vínculo securitário com a violência, em como é importante fazer uma análise que detenha um contexto histórico por meio do conhecimento socialmente construído (Krause, 1998). Dessa forma, buscando a inclusão optou-se por uma visão dos Estudos Críticos de Segurança, especificamente provenientes da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e da Escola Galesa. Para eles o conceito de segurança segue intrinsecamente atrelado à emancipação, pois seria por meio dela que ocorre a libertação das estruturas violentas, pensando não somente no Estado como ator, mas também nos indivíduos. Logo, a emancipação é vista como um instrumento de libertação dos indivíduos das estruturas de poder dominantes e opressoras (Booth, 1991).

O objetivo desta pesquisa exploratória é traçar uma trajetória que parte dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) até a Teoria Feminista Pós-Colonial, destacando a ampliação conceitual da área, a relação dos Estudos Críticos de Segurança Internacional (ECSI) com a violência e a contextualização da Teoria Feminista Pós-Colonial (TFPC). Busca-se, aqui, aprofundar por meio de uma revisão de literatura comparada levando em considerações os pontos em comum e suas disparidades de pensamento. A pergunta de pesquisa central é: como as perspectivas críticas e pós-coloniais contribuem para uma compreensão mais ampla e complexa da violência no contexto da segurança internacional? A hipótese recai na ótica de que os estudos pós-coloniais e decoloniais ajudam a desconstruir padrões ocidentais diante de um ambiente de contínua violência tanto estrutural, quanto simbólica e cultural (Galtung, 1969).

A metodologia adotada é reflexivista e interpretativista, buscando analisar historicamente, por meio de uma revisão de literatura, as estruturas de poder e legitimação da violência e das estruturas violentas que perpetuam desigualdades sociais até hoje. Utiliza-se uma abordagem crítica de pesquisa biblográfica, incorporando fontes teóricas dos Estudos Críticos de Segurança Internacional, como Krause e Williams, e da Teoria Feminista Pós-Colonial, como Mohanty. As fontes incluem obras acadêmicas e artigos que abordam a ampliação conceitual dos ESI, os estudos críticos de segurança e a interseccionalidade de gênero no contexto pós-colonial.

Palavras-chave: Estudos de Segurança; Violência; Teoria Feminista Pós-Colonial.

2. DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA À VIOLÊNCIA

O mundo em que vivemos está diretamente relacionado à dinâmicas invisíveis que afetam a interação entre pessoas configurando condicionantes estruturais sistêmicas. Condicionantes estas que se tornam mais diretamente sentidas e criticadas por aqueles que observam e vivenciam como partes afetadas, negligenciadas e inferiorizadas por tal estrutura opressora de dominação.

Quando analisa-se a Segurança Internacional é interessante pontuar que houve transformações do conceito de segurança que se inserem em um contexto pós-Guerra Fria, onde já não havia um objeto de referência que fosse um conflito, uma ameaça entre Estados. O debate tradicional de segurança e poder nas relações internacionais abre-se na discussão de legitimidade do Estado em poder assinalar quando a força pode ser usada e também quando relacionamos a dominação e especialmente o reconhecimento de quem domina e quem é dominado, definido o monopólio da violência weberiano (Weber, 2004). Sendo assim, a violência faz parte da segurança como objeto relativo que transpassa debates sociológicos e políticos para a política internacional.

Dessa forma, abrem-se caminhos para novos horizontes de atuação do setor de segurança. A ampliação do conceito de Segurança Internacional passa por dois processos: o de expansão que visa abarcar outras áreas como a militar, a política, a econômica, a social e a ambiental; e o de aprofundamento que é dado como adjetivação do conceito de segurança, por exemplo, a segurança humana, nacional e internacional, isto é como objetos de referência preferenciais em relação aos quais as dinâmicas securitárias se desenvolvem (Buzan e Hansen, 2009; Rudzit, 2005).

Esse movimento começa a partir dos anos 80, quando já não se tem tantos conflitos em voga e há uma maior diversificação de ameaças (Costa, 2009). Sendo assim, a teoria feminista é uma crítica à centralidade do Estado e a mera militarização de questões tradicionais.

Ademais, junto com a expansão do campo do Direito Internacional e especialmente da Organização das Nações Unidas (ONU), parte-se uma perspectiva mais pautada nas organizações coletivas (segurança estatal e nacional) para uma perspectiva individualista (da segurança humana) e outra coletivista, a qual aborda, por exemplo a segurança ambiental. É observada, assim, a ampliação da visão de problemas econômicos e sociais mais aflorados no Terceiro Mundo advindos de agendas derivadas, tais como a pobreza, o meio ambiente, a saúde e agendas que abordem mais expressivamente o Sul Global e suas relações de poder e colonialidade. Já quando analisa-se a evolução desses estudos, a Teoria da Securitização (Buzan et al 1998) pauta justamente a análise das causas e dos processos dentro de uma visão mais ampla a fim de averiguar como um assunto não politizado torna-se securitizado por meio de um discurso do ator securitizador, o qual identifica uma ameaça a um objetivo referente que deve ser protegido. A crítica recai em como esses discursos de segurança são produzidos, pois na prática nota-se uma lógica de exclusão dos subalternos às pautas. Ainda nessa linha, a Escola de Copenhague nota a securitização como um problema pois não há garantia de que os meios de exceção sejam arquitetados de maneira democrática. Contrapondo essa visão, em uma perspectiva positiva da ampliação, as Teorias Críticas observam que a violência e suas formas existem antes mesmo da securitização, dessa forma focam-se em conceitualizar o que é violência para as diferentes áreas, politizando a segurança e levando ao debate aberto.

Dessa forma, chega-se na perspectiva que adequa-se ao estudo, o qual bebe de uma corrente crítica de análise sobre a segurança e, em segunda instância, sobre a violência. O conceito de segurança aqui abordado versa sobre mais do que uma dimensão instrumental, alcançando a segurança como meio para uma ação maior, aprofundando, aprimorando e direcionando os estudos para pensar a quem e a que o termo “segurança” se refere (Krause; Williams, 1997). Visa-se aqui estudar o vínculo securitário com a violência, em como é importante fazer uma análise que detenha um contexto histórico por meio do

conhecimento socialmente construído (Krause, 1998). Sendo assim, a ampliação do conceito de segurança gira em torno de uma compreensão do Outro, isto é, de uma problemática da segurança que é baseada na constituição de práticas históricas auto reflexivas, como exemplificado por Krause e Williams (1997) em seu livro “Critical Security Studies”:

> Mas se quisermos compreender essas realidades, devemos levá-las mais a sério do que as abstrações do neorrealismo permitem. Devemos compreender a gênese e a estrutura de problemas de segurança específicos como fundamentadas em condições históricas e práticas concretas, em vez de em afirmações abstratas de atores racionais transcendentes e métodos científicos. Devemos entender a gênese de conflitos e a criação dos dilemas de segurança como fundamentados em práticas reflexivas, em vez de como o resultado de estruturas atemporais. (Krause & Williams, p. 50, 1997)

No sentido mais geral, a emancipação refere-se à libertação de uma entidade do controle, dependência, restrição, confinamento, restrição, repressão, escravidão ou dominação. Considera-se aqui, seis aspectos principais que envolvem a formação de um interesse coletivo, de uma identidade coletiva, da mobilização em prol de uma ação coletiva, na formação de um senso de soberania material e simbólica baseado na experiência de uma realidade compartilhada, isto é, uma situação coletiva; e, finalmente, um projeto coletivo no qual os indivíduos visam defender ou mudar a sociedade ou a posição de um determinado grupo dentro dela (Susen, 2015). Sendo assim, o conceito de emancipação transmite a relação intrínseca entre discursos de emancipação e emergência de Movimentos de Libertação Nacional com forças coletivas de transformação social e política.

Observando, assim, o conceito de segurança como emancipação visa-se ampliar a crítica ao olhar realista e às concepções hegemônicas de poder e segurança. Isto porque, se de um lado os realistas como Carr e Waltz observam a violência como parte do sistema internacional, dentro de um sistema anárquico e da constante ameaça à sobrevivência do Estado, observando as relações de poder intrínsecas, de outro abre-se, por meio de um viés construtivista de Wendt (1992), a relação entre as partes do sistema, definindo seus padrões de amizade e inimizade de maneira subjetiva adiciona uma perspectiva de leitura que complexifica e define a co-constituição entre agente e estrutura. Contudo, é somente com o advento da Teoria Crítica e do pós-positivismo que ocorre um rompimento com o papel central do Estado como protagonista da definição de Segurança e da atuação do mesmo no Sistema Internacional, abrindo caminho para o debate sobre as (in) seguranças dos indivíduos.

Ken Booth (1991) foi um dos primeiros autores a conceituar segurança como emancipação e definindo-a originalmente como:

> A emancipação consiste na libertação das pessoas (como indivíduos e grupos) das restrições físicas e humanas que as impedem de realizar o que escolheriam livremente fazer... Segurança e emancipação são duas faces da mesma moeda. Emancipação, não poder ou ordem, gera verdadeira segurança. Emancipação, teoricamente, é segurança. (BOOTH, p. 319, 1991)

Deve-se concordar que a definição de segurança dada pelas correntes dominantes é incongruente, pois não consegue abarcar em sua natureza a diversidade de dimensões e facetas do problema de segurança. Contudo, observa-se que o alargamento do conceito deve ser feito de forma prudente a fim de não tornar a definição de segurança uma ferramenta analítica inútil. Isso porque igualar estes conceitos não necessariamente exprime que uma sociedade ou grupo pode ser emancipado sem estar seguro e da mesma forma o contrário. Sendo assim, é de se observar como o aspecto da colonialidade, raça e gênero permeia até hoje as estruturas sociais e políticas dos Estados, trazendo um debate sobre como pode ser forçado e intelectualmente hipócrita equiparar segurança com emancipação no Sul Global, levando em consideração que ainda existem problemas básicos de legitimidade do Estado, de ordem política e de acumulação de capital que os colocariam como Estados subalternos (Ayoob, 1997, p.121-127).

3. VIOLÊNCIA E GÊNERO: TRANSGREDINDO AS FRONTEIRAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dentro dos enfoques críticos da ESI observa-se a integração do conceito gênero à análise, em especial teorias de gênero que têm a princípio estudos como e de Tickner (1992) e Enloe (1989). Estas introduzem o debate de como a área é fundada em concepções de masculinidade, tanto que os primeiros estudos que lidam com o feminino são amplamente relacionados com a área de estudos da paz. Porém, com a expansão e democratização do debate abrem-se discussões sobre como a perpetuação de inseguranças na sociedade internacional tem sido apoiada por hierarquias de gênero estruturais e hierarquizadas (Tickner, 1992). As questões feministas que envolvem uma luta politicamente engajada ainda permeiam:

> Teorias que elaboram explicações estruturais com aspirações de universalidade geralmente deixam de reconhecer como estruturas sociais desiguais impactam de maneiras distintas a segurança de diferentes grupos. Somente ao introduzir o gênero como uma categoria de análise é possível analisar e compreender o impacto diferencial do sistema estatal e da economia global na vida das mulheres. (Tickner, 1997, p. 626)

Já quando relacionamos as correntes críticas de emancipação com a Teoria Feminista Pós-Colonial pode-se observar como a colonização é usada a fim de caracterizar a maioria dos aspectos hierárquicos dentro de ambientes políticos e de conjunturas econômicas dentro da concepção de um discurso sobre a definição do Sul Global (Mohanty, 1984). Dessa forma, observa-se como a relação de dominação estrutural e supressão violenta é invariavelmente implicada na colonização. E no caso da África do Sul observa-se como a mulher negra é definida como um Outro composto cultural e ideológico construído através de diversos aspectos representativos (Mohanty, 1984).

Para autoras feministas pós-coloniais contemporâneas, um dos grandes cuidados com um estudo que busca estudar mulheres do Sul Global é justamente com a construção de um discurso que coloca as mulheres como "objeto" de pesquisa de uma produção de conhecimento colonial (Mohanty, 2020), tomando o contexto da pesquisadora como norma e homogeneizando um grupo que é tão heterogêneo e compartilham de uma base de opressão:

> (...) a colonização tem sido usada para caracterizar tudo, das hierarquias políticas e econômicas mais evidentes à produção de um discurso cultural específico sobre o que é chamado de Terceiro Mundo. Por mais sofisticado ou problemático que seja seu uso como construto explicativo, a colonização quase sempre implica uma relação de dominação estrutural e uma supressão – frequentemente violenta – da heterogeneidade do(s) sujeito(s) em questão. (Mohanty, 2020, p. 9 – 10)

Para tanto, é de suma importância tratar do colonialismo e da colonialidade que permeia as estruturas de poder e de hierarquias no contexto do Sul Global e especialmente sul-africano na modernidade. Isto porque, o colonialismo iniciou ainda no século XVII na África do Sul e tomou proporções tangíveis e opressoras ainda maiores dentro de uma nova organização da sociedade sul-africana diante do Apartheid. Para isso, o entendimento dos mecanismos sócios históricos e perspectivas étnico-raciais nos faz questionar a hegemonia da colonialidade em suas mais diversas bases e como ocorre a perpetuação de poder desta (Quijano, 2005). Para tanto, deve-se observar que:

> (...) a colonialidade pode ser compreendida como o passo seguinte à colonização: na colonização, se legitima a supremacia de um povo (no caso, europeu) sobre outro, a partir de práticas de expropriação, violência e exploração. Já a colonialidade se concretiza através da burocracia e da subjetividade, como instituições e linguagens. A importância de tratarmos da colonialidade é a de entender que a modernidade só existe com ela. (Maciel, 2019, p. 144)

Assim dizendo, compreender a colonialidade é seguir compreendendo como o colonialismo fez e faz das dinâmicas sociais e políticas de subalternização do Estados, de saberes, de culturas um constante desafio epistemológico real e até mesmo fatal na África

do Sul. Isto porque dentro de uma divisão de análise crítica dentro de uma categoria relacional de gênero já configuram-se dinâmicas ainda mais repressivas. Desde a construção do conceito, feita por Simone de Beauvoir (1960), a mulher já pode ser vista como a outra, ressaltando a construção do outro como outro (Fanon, 2008). Dessa forma, estrutura-se dentro de relações sociais e especialmente na área de Relações Internacionais deste estudo trata de discussões sobre feminilidade e masculinidade dentro da construção patriarcal do Estado (Pateman, 1993). Sendo assim, a dimensão de gênero é tratada neste trabalho como mais do que uma teoria científica, mas também como um movimento social organizado e protagonizado por sujeitos políticos com valores éticos feministas (Gonzáles, 1988).

Nesta perspectiva, o conceito de interseccionalidade é utilizado como uma ferramenta teórico metodológica que permite com que raça, classe e gênero se articulem de maneira indissociável e não hierárquica diante da complexidade das relações sociais (Crenshaw, 1989; Collins e Bilge, 2016). Assim, pontua-se como a violência sistemática perpassa por essas três variáveis demarcando um condicionamento estrutural outrora perpetuado pelo capitalismo e pela propriedade privada por meio do colonialismo e atualmente fazendo parte da colonialidade (Luxemburgo, 2015).

A definição de violência vem de sentidos diversos em determinados contextos. Como forma integradora designa uma maneira de ser da força, do sentimento ou até mesmo de um sentimento natural que designa fatos e ações (Michaud, 1989). É interessante pontuar que a etimologia ligada à palavra converge com a ideia de força e vigor em seu caráter essencialista e violento. Isto é, quando em relação a um ambiente, como o ciberespaço, se torna violência quando passa da medida ou perturba uma certa ordem, no caso a ordem estatal sendo o Estado racista colonial, que é detentor dos meios de coação os quais são utilizados como forma de violência, especialmente nas margens das RI (Pateman, 1988). A qualificação da força como violência é assumida em função de normas previamente definidas que variam em diferentes instâncias dentro do próprio país. A violência foi antes dada como fenômeno empírico do que um conceito teórico, trazendo consigo diversas ambiguidades e com elas dificuldades conceituais. As suas duas formas mais estudadas são a forma material e a forma simbólica, tendo como variável interveniente as variações histórico-culturais, as quais moldam as percepções do que pode ser considerado violento na sua época (Michaud, 1989). Sendo assim, a violência pode ser dada como um conceito que tem uma ampla gama de significados plurais e causais diversos.

Especialmente nas Relações Internacionais (RI) nota-se uma escassez de estudos sobre o fenômeno da violência. Uma relação muito comum é a secundarização deste conceito que acaba por ficar condicionado ao estudo do fenômeno da guerra e da paz, sem,

contudo, analisar as práticas e condições plurais da violência no Sistema Internacional até os contextos locais. Assim, nota-se uma violência um tanto ausente e invisibilizada dentro de um contexto de centralidade da guerra e ilusão da paz liberal (Roque, 2014). Nessa perspectiva, Shepherd reitera:

> "Um enfoque sobre a guerra e a paz pode negligenciar a política da violência do quotidiano: as violências dos interregnos de tempo que a política internacional não reconhece nem como guerra nem como paz e as violências inerentes aos tempos de paz que são ignoradas no estudo da guerra" (Shepherd, 2009: p. 208).

Logo, há de se considerar a escassa problematização deste conceito na área de RI, na qual ele é dado como adquirido e naturalizado.

Algumas vertentes e autores das teorias da dependência já demonstraram como as margens do mundo, as periferias, sofrem diretamente com os efeitos nocivos do sistema capitalista especialmente no funcionamento econômico e aprofundamento das desigualdades sociais. Linklater (2005), já pontuava como o capitalismo não é um modelo de progresso especialmente nas periferias, ressaltando o papel do neo-imperialismo e do neocolonialismo no subdesenvolvimento e, consequentemente, num processo de dominação. Dentro dessas relações pode-se nomear a violência como um dos produtos de funcionamento do sistema (Wallerstein, 1996; 2004).

Porém, a relação mais significativa das RI que congregou um esforço notadamente maior na conceituação de violência vem dos Estudos para a Paz. A violência aparece como um conceito de oposição ao conceito de paz, ressaltando como existe uma pluralidade de violências tanto no espaço político como pessoal. E assim, outras perspectivas "beberam" de Galtung e assimilaram suas ideias, como os Estudos Críticos de Segurança (Booth, 2008) e os estudos feministas (Tickner, 1992; 2001).

Nos estudos feministas de segurança, pode-se observar como, apesar da violência não ser um conceito central, ela perpassa óticas multidimensionais e interseccionais que questionam as noções tradicionais de segurança (Tickner, 1992; Enloe, 1989). Assim, as feministas tratam indiretamente da violência como um fenômeno complexo e plural confirmando seu viés interdisciplinar tanto de maneira metodológica, conceitual e epistemológica (Peterson, 1992). Assim, ilustra-se a questão: "Onde estão as mulheres?" de diversas experiências e expressões daquelas e daqueles que foram por muito tempo tratados como meros objetos inanimados de pesquisa, sendo invisibilizados e silenciados. Dessa maneira, observa-se que:

> Nenhum indivíduo ou grupo social se encontra nas 'margens' de uma qualquer teia de relações […] sem que outro indivíduo ou grupo tenha acumulado poder suficiente para criar o "centro" noutro lado. Para além da

> sua criação, existe também a rotina anual e diária de manutenção da margem onde esta se encontra e do centro onde está agora. É mais difícil para aqueles no alegado centro ouvirem as esperanças, medos e explicações daqueles que estão nas margens, não por causa da distância física […] mas porque são necessários muitos recursos e acesso para ser "ouvido" quando e onde é importante. Consequentemente aqueles que se encontram nas margens tendem a ser aqueles considerados "silenciosos". São imaginados como tendo vozes que simplesmente não podem ser ouvidas de longe ou retratados como faltando-lhes linguagem e capacidade de articulação ao mesmo tempo. (Enloe, 1996: p. 186).

Dessa maneira, as perspectivas feministas da área de Segurança Internacional nos ajudam a perceber as múltiplas formas de violência da opressão, transgredindo as fronteiras dos temas mainstream da guerra e da paz (Enloe, 1993; Shepherd, 2009).

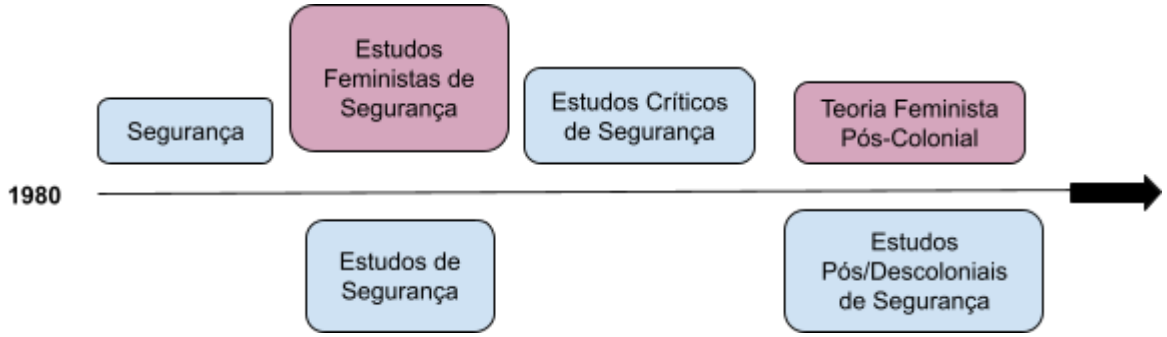
É interessante ressaltar o trabalho de Cockburn (2001) que pontua como essa relação entre múltiplas opressões ocorre em diferentes escalas e especificamente no corpo humano, o qual é marcado por múltiplas relações de gênero, raça, classe e até mesmo localização geográfica. Segundo a autora, o nacionalismo étnico, dado como fenômeno social, gera uma "violência estrutural", a qual explicita como as mulheres estão expostas a diferentes formas de violência, tanto sexual como não sexual dentro dos seus Estados. Portanto, observa-se como as relações de gênero envolvem relações de poder, não só integrando a compreensão de feminilidade, mas também de masculinidade.

Outro ponto muito importante levantado pela autora, versa sobre como a pauta de gênero pode ter dois lados de análise curiosa, pois se encontra presente e ausente nas percepções populares ao mesmo tempo (Cockburn, 2001). Quer dizer que, muitas vezes o conceito analítico está implícito, tomado como certo ou completamente ignorado, advindo de uma percepção simplista e equivocada que não leva em consideração as relações de gênero e suas dinâmicas intrínsecas. Sendo assim, como pontuado pela autora, uma análise mais completa: "É uma análise de gênero especificamente feminista — uma que, como muitos conhecimentos transformadores, nasce de uma experiência politizada de subordinação e opressão. (Cockburn, 2001: p. 27)"

Dessa forma, o título de seu capítulo de livro é o que me convida a refletir sobre como a violência faz parte do mundo, das RI e do cotidiano que figura na esquina da nossa rua. Apesar de análises de segurança estarem mais focadas no fenômeno da guerra e da paz, pode-se pontuar que o gênero vincula a violência tanto a escala pessoal como internacional. E esse continuum, como bem observa Cockburn (2001), perpassa as dinâmicas sociais, econômicas, políticas envolvendo gênero em cada uma delas, desde ambientes familiares a até em contextos de guerra.

Em síntese, tem-se a seguinte linha cronológica que pode exemplificar uma forma de ver o avanço e a complexificação dos estudos de segurança:

Figura 1 - Cronologia dos Estudos de Segurança



Fonte: elaborado pela autora.

Há de se pontuar que a constante transformação e complexificação dos Estudos de Segurança perpassa por questões de (in) segurança sendo um tema transversal diante do medo da ameaça que se sustenta na alteridade e no contraste da diferença do outro(a) expresso majoritariamente nas identidades. Aqui, sustenta-se uma discussão ampliada sobre o papel de elementos culturais na definição de objetos que serão tidos como ameaças. Fica a questão: o que é uma ameaça para o Sul Global? O que é uma ameaça para as mulheres do Sul Global?

Um Estado colonial violento com características racistas, classistas e patriarcais faz com que as definições de ameaça sejam ampliadas para, por exemplo, a penetração do Estado colonial como uma ameaça às identidades e apropriação cultural. Segundo Ballestrin (2021), a importância de debates feministas pós-coloniais vem para além de notar a mulher colonizada, para dar voz e agência a suas realidades que destoam de uma ótica feminista liberal ocidentalizada. Tem-se como uma importante ponte neste assunto o estudo das opressões e violências em suas diversas formas a fim de, para além da rejeição do universalismo das experiências ocidentais, dar-se conhecimento às(aos) ancestrais que vem das margens ao Centro (Parashar, 2016).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa análise permite uma compreensão mais ampla da segurança que desafia a abordagem realista e traz para o centro do debate a diversidade de contextos históricos e sociais que influenciam as ameaças percebidas e as respostas de segurança. Além disso, a interseccionalidade de gênero, raça e classe, conforme proposto por autoras como Crenshaw (1989) e Collins e Bilge (2016), destaca a necessidade de uma abordagem multifacetada, que leve em conta as múltiplas formas de violência e opressão que afetam indivíduos e grupos no sistema internacional. Em última análise, ao questionarem os pressupostos ocidentais dos ESI, essas perspectivas críticas promovem uma reavaliação do

conceito de segurança, revelando que ele não é neutro, mas sim uma construção que pode ser usada tanto para emancipação quanto para a manutenção de desigualdades estruturais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BALIBAR, Etienne e WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, Nation, Class:** Ambiguous Identities. Verso, 1991.

BOOTH, Ken. **Navigating the 'Absolute Novum':** John H. Herz's Political Realism and Political Idealism. International Relations. 22(4), 510-526, 2008.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COCKBURN, Cynthia. **The gendered dynamics of armed conflict and political violence** in Moser, Caroline O. N.; Clark, Fiona (eds.) Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence. London/New York: Zed Books, 13-29, 2001.

CONNELL, Raewyn.; PEARSE, R. **Gênero:** uma perspectiva global. São Paulo: Nversos, 2015.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. **Masculinidade Hegemônica:** repensando o conceito. Revista Estudos Feministas, 21 (1), janeiro-abril/2013. pp.241-282.

COSTA, Juliana A. da; SELIS, Lara M. R.; SOARES, Samuel A. **De Afrodite à Melíade? O Feminismo nos Estudos de Segurança.** In: MATHIAS, Suzeley K. (Org). Sob o signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas forças armadas, São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.205-228.

ENLOE,Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases:** Making Feminist Sense of International Politics, Pandora, 1989.

ENLOE, Cynthia. **The morning after**: sexual politics ate the end of the Cold War. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1993.

ENLOE, Cynthia. **Margins, silences and bottom rungs:** how to overcome the underestimation of power in the study of international relations in Smith, Steve; Booth, Ken; Zalewski, Marysia (eds.) International theory: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 186-202, 1996.

FINEMAN, M.; MYKITIUK, R. (EDS.). **The public nature of private violence the discovery of domestic abuse.** New York: Routledge, 2009.

GENTRY, C. E.; SJOBERG, L. **Beyond mothers, monsters, whores:** thinking about women's violence in global politics. London: Zed Books, 2015.

HANSEN, L. **The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School.** Millennium: Journal of International Studies, v. 29, n. 2, p. 285–306, jun. 2000.

HEISE, L. L. **Violence Against Women:** An Integrated, Ecological Framework. Violence Against Women, v. 4, n. 3, p. 262–290, jun. 1998

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780.** São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LINKLATER, Andrew. **Marxism** em Burchill, Scott; Linklater, Andrew; Devetak, Richard; Donnelly, Jack, Paterson, Matthew; Reus-Smit, Christian; True, Jacqui (eds.) Theories of International Relations. New York: Palgrave Macmillan, 110-136, 2005.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** Capítulos 1 e 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. **The patriarchal welfare state.** The welfare state reader, v. 2, p. 134-150, 1988.

PETERSON, V. Spike. **Transgressing Boundaries:** Theories of Knowledge, Gender and International Relations. Millennium Journal of International Studies. 21(2), 183-206, 1992.

RICHIE, B. E. **Compelled to crime:** the gender entrapment of battered Black women. New York London: Routledge, 1996.

ROQUE, Sílvia Andreia Mateus. **Das revoluções por cumprir às resistências (im)possíveis:** Jovens e percursos de violências em El Salvador e na Guiné-Bissau. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra, 2014.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, 20 (2), jul-dez, 1995. pp. 71-99.

SHEPHERD, Laura. **Gender, Violence and Global Politics:** Contemporary Debates in Feminist Security Studies. Political Studies Review. 7: 208–219, 2009.

SPIVAK, Gayatri. **Can the subaltern speak?**. Harvard University Press, 1999.

SOKOLOFF, N. J.; DUPONT, I. **Domestic Violence at the Intersections of Race, Class, and Gender:** Challenges and Contributions to Understanding Violence Against Marginalized Women in Diverse Communities. Violence Against Women, v. 11, n. 1, p. 38–64, jan. 2005.

MERRY, S. E. **Human rights and gender violence:** translating international law into local justice. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

MICHAUD, Yves. **A violência.** Tradução L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

TICKNER, Ann; SJOBERG, Laura. **Feminism and International Relations Conversations about the Past, Present and Future.** NYC: Routledge, 2011.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations:** Feminist Perspectives on Achieving International Security, Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics.** Issues and Approaches in the Post Cold War Era. New York: Columbia University Press, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The inter-state structure of the modern world-system.** in Smith, Steve; Booth, Ken; Zalewski, Marysia (eds.) International theory: positivism

and beyond Positivism and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 87-107, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems Analysis:** An Introduction. Durham, London: Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. **Politics as a Vocation.** In: OWEN, David; STRONG, Tracy B. (Orgs.). The Vocation Lectures. Trad. Rodney Livingstone. Indianapolis, IN: Hackett Publishing Company, 2004, p. 32–94.

UNICEF (ED.). **Women and children:** the double dividend of gender equality. New York, NY: UNICEF, 2006.